



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 116

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE SETEMBRO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mario Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 116

110ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Requerimentos 03

Pequeno Expediente:

Dep. Antonio Belinati 03

Dep. Ney Leprevost 05

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 04

Liderança da Oposição

Dep. Ney Leprevost06

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final08

2ª Discussão09

1ª Discussão09

Requerimentos 11

Encerramento da Sessão11

Publicações:

Atas de Comissões

Agricultura..... 11

Defesa do Consumidor 19

Presidência

Indicações Legislativas20

DIÁRIO Nº 116

110ª SESSÃO ORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 110ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2009

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Cida Borghetti, secretariado pelos Srs. Deputados Neivo Beraldin e Jonas Guimarães.

Presenças:

Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados:

Nelson Justus, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Mario Roque, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Elton Welter, Pedro Ivo e Plauto Miró (05).

Ausentes com justificativa a Sra. Deputada Beti Pavin e os Srs. Deputados Marcelo Rangel e Teruo Kato (03).

Verificada a existência de número legal, a Sra. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 01 de outubro (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Deputado Jonas Guimarães.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 4785

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30/09/09.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 4786

Senhor Presidente:

Em atendimento ao artigo 128 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos REQUERER ao Exmo. Sr. Presidente desta Casa o encaminhamento e aprovação de expediente para realização de Audiência Pública nas dependências do Plenário desta Casa Legislativa, a realizar-se no próximo dia 15 de outubro do corrente, no período das 8h30 às 12h, sob o tema Saúde dos Servidores Públicos Estaduais.

O Sistema de Assistência à Saúde - SAS dos servidores públicos estaduais tem sido alvo de inúmeras críticas pelo conjunto dos funcionários públicos do Paraná, dado à precariedade do serviço prestado. Da mesma forma, os sindicatos dos diversos segmentos de servidores públicos estaduais têm realizado debates sobre a necessidade urgente de uma nova proposta e estrutura da assistência à saúde do trabalhador e da trabalhadora dos quadros de servidores do Estado. A realização de Audiência Pública sobre esta temática é de grande relevância para que o Legislativo Estadual possa contribuir na construção de um novo modelo de serviço de assistência à saúde dos funcionários públicos estaduais paranaenses.

Sala das Sessões, em 30/09/09.

(aa) PROFESSOR LEMOS
NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 4784

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para o ilustre Ministro da Fazenda Guido Mantega, solicitando a possibilidade de isenção de impostos sobre máquinas agrícolas e seus respectivos equipamentos.

É válido frisar que esta isenção irá beneficiar os produtores, bem como proporcionar um aumento e melhoria de suas produções, já que a agricultura brasileira passa por momentos de dificuldades e por isso, precisa de incentivos.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos o ensejo para reiterar protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 30/09/09.

(a) MILTINHO PUPIO

Apoiamento:

Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mario Roque, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi.

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Passa-se ao horário do Pequeno Expediente. Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Antonio Belinati. V. Exa. tem cinco minutos.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Recebo um livro do Dr. Fernando Sielski, intitulado “Filhos que usam drogas - guia para os pais”. O Dr. Fernando Sielski é um médico psiquiatra, tem sua clínica aqui no Alto da Rua XV, é um profissional da mais alta competência. O Dr. Sielski tem dedicado o seu trabalho profissional, sua vida, seu amor e seu coração no sentido de tirar do fundo do poço as pessoas que são

escravos da bebida alcoólica, inclusive das drogas químicas. Ele tem feito palestras em todas as regiões, mas é extremamente importante que possamos ter em nossa sociedade uma pessoa da competência e da boa vontade como o Dr. Fernando Sielski.

Eu recomendo esse livro. Nunca fui de recomendar livro para ninguém. Não sou garoto-propaganda. Estou falando aqui porque sei que a droga, hoje, é um dos pontos que mais destrói a felicidade do adolescente, do jovem. Tem gente morrendo em acidentes, matando, cometendo roubos e até crimes para arranjar dinheiro para comprar a droga. Tem pessoas até matando o próprio pai, a própria mãe, não escolhe quem, porque precisa do dinheiro para saciar esse maldito vício. Que Deus continue abençoando todos aqueles que trabalham no sentido de libertar os escravos das drogas.

Por isso, faço aqui um registro especial ao grande médico, Dr. Fernando Sielski, a quem devemos ajudar para que ele liberte muitas pessoas que estão na dependência do alcoolismo ou das drogas.

Deputada Rosane, a família do alcoólatra sofre demais. O cidadão, quando não perde o emprego porque é um bêbado, um alcoólatra, quando ainda tem o emprego, porque muitos perdem o emprego, tem aquele pai de família que sai do trabalho e, ao invés de ir curtir a esposa, os filhos, a família, o seu lar, vai direto para o boteco beber, ficar até tarde bebendo com os amigos, e quando volta para casa é uma praga. Já encontrei esposa que dá graças a Deus enquanto o marido está na rua, porque ele chega em casa e vai direto tirar a tampa da panela para ver o que a esposa fez de janta. Seja a comida que for que ela preparou, com carinho, é motivo para ele brigar, xingar, agredir verbalmente a esposa, brigar com os filhos. Já encontrei muitas esposas que dizem assim: “Eu dou graças a Deus enquanto meu marido está na rua, porque quando ele coloca os pés dentro de casa é uma maldição, a casa vira um inferno!”

Então, quando vejo pessoas como o Dr. Fernando Sielski, dedicando sua vida para libertar os alcoólatras, ensinando o caminho correto para se libertar do alcoolismo e também das drogas, devemos apoiar todas as pessoas como esse grande médico tem feito aqui.

Pediria a Deputada Cida Borghetti, com muito carinho, para me incluir no Horário das Lideranças.

Recebi um e-mail do João Batista Jaquinta. Ele manda um e-mail apoiando os policiais, dizendo que os policiais, quando trocam tiros com os bandidos para salvar um cidadão, para garantir a vida do povo, e se o bandido ficar ferido na troca de tiros, o bandido ainda é capaz de processar o policial. E o Governo do Paraná e o Comando da Polícia Militar, que já não dão nem a farda que o policial usa para poder trabalhar, o uniforme que o policial usa, ele paga, daí se o policial enfrentou um bandido e é processado pelo bandido que quer alegar que ele é um santo, que não fez nada de errado, processa o policial, o policial tem que contratar um advogado com o dinheiro do seu bolso. Nem essa garantia é dada aos nossos policiais.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

E o João Batista, que é de Foz do Iguaçu, fala de um programa de rádio em Foz do Iguaçu, do Deputado Chico Noroeste, ele diz que é para perguntarmos para o Deputado Dobrandino, para o Deputado Romanelli, para o Deputado Reni, se é fato que o Deputado Chico Noroeste, que o nobre colega esteve com o Governador Roberto Requião para mandar uma verba de R\$ 4 milhões para concluir o hospital municipal de Foz do Iguaçu. O comentário que tem em Foz do Iguaçu é que o Requião teria assumido esse compromisso de mandar a verba de 4 milhões para poder terminar a obra desse hospital, porque ele presenciou o Governador e o Prefeito de Foz do Iguaçu conversando, e o Requião prometeu que iria mandar a verba, os maquinários necessários para poder concluir o hospital municipal de Foz. O Requião prometeu que mandaria R\$ 400 mil por mês para poder ajudar na manutenção. Fazer um prédio de hospital é a parte mais barata. A parte mais cara é a de equipar um hospital e pagar os médicos, os enfermeiros, os funcionários.

Então, alô, Governador Requião, se o senhor prometeu mandar a verba para terminar o hospital e prometeu mandar 400 mil por mês para ajudar a manter esse hospital, a população de Foz do Iguaçu, como todos os paranaenses, como todos os seres humanos, têm direito de ter vida com saúde, de ficar doente e ter a oportunidade de ser internado em um hospital.

Concedo um aparte ao Deputado Chico Noroeste.

O Sr. Chico Noroeste (PR)

Gostaria de dizer muito obrigado, Deputado Belinati, pelo aparte que me concede neste momento. De fato, no mês de março, o Governador Roberto Requião e o Prefeito de Foz do Iguaçu assinaram um convênio para repassar 4 milhões e 500 mil.

Temos a palavra do Secretário da Saúde que nos próximos dias esses recursos provenientes desse convênio serão liberados. O Governador esteve lá e assumiu o compromisso de repassar equipamentos pesados. Há alguns dias foi colocado um tomógrafo e estão trabalhando nas instalações físicas, para que esse aparelho funcione o quanto antes. Já lá algum tempo o hospital vem atendendo a população de Foz do Iguaçu, que foi projetado para 300 leitos. Depois de pronto deverá ser um dos maiores hospitais do Estado do Paraná.

Há algum tempo venho defendendo que ele receba a denominação de regional, já tem essas características, porque não atende apenas a população de Foz do Iguaçu, mas também a população do Oeste do Paraná e os brasiguaios. Defendo que seja um hospital regional, em uma somatória de forças, em uma verdadeira parceria do Governo do Estado, de Foz do Iguaçu e de outros

Municípios, todos juntos para que possam atender da melhor maneira possível. Dizer à população de Foz do Iguaçu que estamos atentos. Na semana passada foi aprovado, na Assembleia Legislativa, um requerimento pedindo para que esses recursos do convênio sejam liberados o quanto antes possível.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Desde março está para ser enviado o dinheiro para ser concluído o hospital regional de Foz do Iguaçu. Fico imaginando se não morreu gente de lá para cá, por falta de vaga e de UTI. É muito provável que sim. Será que muita gente que estava doente não continua até aumentando a sua enfermidade, porque não foi a verba?

Então, alguém “pipocou”, se está faltando algum documento para liberar a verba. Hoje, com a internet ou com o SEDEX, você coloca uma encomenda para o outro lado do Brasil e chega no outro dia cedo, ou na hora. Dizer que por falta de documento, desde março o dinheiro não vai, é uma irresponsabilidade da autoridade da área de Saúde, que parece não entender que é obrigação de nossas autoridades garantir a vida e a saúde do nosso povo.

O Sr. Nicolau é outro paranaense que está acompanhando neste momento a Sessão da Assembleia, pela transmissão da TV MERCOSUL e também da TV SINAL. Ele levanta um questionamento interessante. Há poucos dias tivemos a greve dos Correios, mas o SEDEX estava funcionando normalmente. Veio a greve dos bancários. Há um comentário que a Polícia Federal também está para entrar em greve. O Nicolau coloca uma questão interessante e muito bem feita, de pessoas que têm duplicata para pagar e não receberam o aviso em casa, porque os Correios estavam em greve. Já voltaram, mas infelizmente os funcionários, incluindo os carteiros, não receberam o reajuste que tinham direito. Com isso, muitos avisos chegaram depois do vencimento na casa do devedor. Até o aviso que chegou em tempo, para pagar a duplicata em determinado banco, não pôde, porque o banco está em greve. E tem banco, Sr. Deputado Elio Rusch, que de maneira irresponsável está em greve, ou a consequência foi a greve dos Correios, ele vai e cobra juro em cima da duplicata que não pôde ser paga no dia, ou pela greve dos Correios, ou até mesmo porque tem banco que está em greve, outro está funcionando, poucos estão funcionando, e estamos aqui, inclusive, para apoiar os bancários, porque os banqueiros são famintos, são gananciosos, ganham bilhões em cima do povo a cada três meses, é o balanço que eles apresentam para o povo, exploram o povo cobrando juro que é uma vergonha no cheque especial, no papagaio, no desconto de duplicata.

Então, os banqueiros têm obrigação de pagar bem os seus funcionários e funcionárias. E é uma medida ilícita, uma cobrança ilícita, desonesta que os bancos estão fazendo, nobre Deputado Luiz Carlos Martins, de querer cobrar uma duplicata que venceu e o cidadão não pôde pagar.

Por exemplo, o senhor, Sr. Luiz Carlos Martins, que acompanhamos todos os dias na Banda B, campeão de audiência, aí ele sai da rádio, antes de vir para cá quer pagar uma duplicata que está vencida, não pôde pagar porque o banco está em greve e o banco agora está cobrando juros porque o senhor não pagou em dia, porque eu não paguei em dia, porque o povo não pôde pagar em dia.

Então, que culpa o Luiz Carlos Martins tem? Quer dizer, deveria pagar só o que deve. O senhor falou muito bem, porque o senhor é uma pessoa humana.

Então, é isso, Presidente Elio Rusch. Note bem, o Nicolau está certo: o banco não tem o direito de cobrar nenhum juro porque a duplicata, ou a conta da SANE-PAR, ou da COPEL, ou do telefone não pôde ser paga no dia. Não pode, primeiro pela greve dos Correios e segundo pela greve dos bancos.

É uma exploração dos bancos que não podemos admitir. Temos que ter a coragem, sim, de criticar isso que os banqueiros estão praticando que é um ato...

(Término do tempo)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Ney Leprevost.

Deputado Ney Leprevost (PP)

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente, missão difícil falar após o nobre Deputado Antonio Belinati, que realmente tem o dom da oratória e traz a esta tribuna assuntos palpitantes que são levados a ele através da rede mundial de computadores, a internet, pelos seus eleitores.

Parabéns, Deputado Antonio Belinati, por defender a população do Paraná com esta garra, com esta coragem e, principalmente, por estar sempre atento, não só aos temas do Paraná, mas aos temas da sua região, a região de Londrina, que é uma Cidade muito bem representada nesta Casa Legislativa.

Quero dizer, Deputado Elio Rusch, que preside honrosamente esta Sessão, em primeiro lugar meu agradecimento...

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Deputado Ney Leprevost, meu respeito, minha admiração a aplaudo a sua inteligência e o amor que V. Exa. demonstra ao povo no cumprimento, com muita sabedoria, do seu mandato de Deputado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Obrigado, Deputado Antonio Belinati, por sua gentileza, educação e estímulo sempre às nossas propostas, às nossas ideias. Realmente V. Exa. é uma pessoa por quem eu nutro um grande carinho e uma grande amizade.

Mas, Deputado Elio Rusch, quero agradecê-lo, ontem estivemos juntos, Dia Mundial do Turismo, na comemoração dos 60 anos do Sindihotel-Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares, mais de 600 pessoas presentes, e quero cumprimentar aqui, de público, a diretoria do Sindicato de Hotéis e, principalmente, o Dr. Marco Antonio Fatuch, que é o presidente daquela instituição e é uma pessoa bastante dedicada, uma pessoa que trabalha muito. Fomos lá ontem, o Deputado Elio Rusch, o Deputado Stephanes Júnior também, e tivemos a oportunidade de nos encontrarmos com todo o setor turístico nesta data importante, que foi comemorado o aniversário do Sindihotel.

Acredito na indústria do turismo, é uma indústria ambientalmente correta e capaz de gerar, a curto prazo, empregos para toda nossa gente. É uma indústria que gera grande arrecadação tributária, gera empregos para 52 setores profissionais, e aí eu pego o exemplo de um hotel: num hotel você tem lá o garçom, o porteiro, o maitre, a cozinheira, o barman, o manobrista, a camareira, você tem a pessoa que cuida da limpeza, a pessoa que muitas vezes dá aula na academia que tem dentro do hotel, a cabeleireira do hotel, enfim, você tem uma série de atividades profissionais. Então o Estado do Paraná e as autoridades do Brasil precisam acreditar mais na indústria do turismo!

Temos uma oportunidade de ouro que será a Copa do Mundo de 2014, temos que nos preparar para antes e depois da Copa, divulgarmos os Municípios do Paraná, aproveitando que a Cidade de Curitiba será uma das sub-sedes.

Entendo que dois momentos marcam a história do turismo no Paraná: o Congresso ABADE no Paraná, onde foram reunidas mais de 18 mil pessoas de mais de 60 Países, e a Copa do Mundo irá marcar, com toda certeza. Agora, precisamos qualificar a mão de obra, precisamos que as obras que serão feitas aqui sejam perenes, sejam obras que fiquem para a população depois da Copa do Mundo. E precisamos, acima de tudo, fiscalização para que não aconteça, em hipótese alguma, aqui no Paraná, e tenho certeza que não irá acontecer o que ocorreu nos Jogos Pan-Americanos lá no Rio de Janeiro, onde vimos muitos problemas sendo registrados, muita corrupção, inclusive com autoridades respondendo até junto ao Tribunal de Contas da União.

Passa a usar o horário da Liderança da Oposição

Agradeço, Deputado Elio Rusch, porque na verdade tenho outro tema importante para tratar aqui. Hoje fizemos uma reunião da Comissão de Saúde e estive aqui o Dr. Charles London, que é o Presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Benéficos do Paraná. Também estive aqui o representante da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e o doutor que representou aqui o Conselho Regional de Medicina do Paraná.

Tivemos uma conversa, porque as Santas Casas estão pedindo socorro, os hospitais benéficos estão pedindo socorro. A defasagem da tabela do SUS é tal que hoje uma consulta médica, uma consulta simples, básica, que custa para o hospital R\$ 24, recebe do SUS apenas R\$ 2. Então, há uma defasagem completa na tabela do SUS nos últimos 10 anos. Cem hospitais no Paraná fecharam as portas devido a essa má remuneração do SUS.

O SUS não é uma coisa ruim, é uma coisa boa, tanto que o Presidente Obama, Deputado Pugliesi, o senhor que é um democrata, seria nos Estados Unidos um democrata, aqui é um peemedebista, senhor não seria um republicano em hipótese alguma, tenho certeza disso. O SUS é uma coisa boa, tanto que o Presidente Obama está seguindo o modelo do SUS, ele quer criar algo parecido com o SUS lá nos Estados Unidos. Porém, o SUS aqui no Brasil está remunerando mal. Essa remuneração, que é pequena poderá facilmente ser corrigida se tivermos regulamentada, pelo Congresso Nacional, a Emenda Constitucional n° 029, que estabelece que o Governo Federal tem que investir 10% da sua receita líquida em atendimento à Saúde, os Governos Estaduais têm que investir 12% da sua receita em Saúde, e os Governos Municipais 15% da sua receita na área de Saúde.

Então, estamos numa luta muito grande pelo aumento dos repasses do SUS para os Hospitais, para os médicos, para as clínicas. E numa luta muito grande pela regulamentação da Emenda Constitucional n° 029.

Vamos lançar, junto com todas entidades da classe médica, através da Comissão de Saúde desta Casa, nos próximos dias, uma campanha para colhermos 100 mil assinaturas que serão encaminhadas ao Sr. Presidente da República, ao Presidente do Congresso Nacional e a todas autoridades federais, sensibilizando as autoridades para que regulamentem, o mais rápido possível, a Emenda n° 029, e para que aumentem os repasses do SUS e façam com que essas tabelas, que não são corrigidas há muito tempo, sejam adequadas, porque senão teremos uma infinidade de hospitais fechando as suas portas. E quem vai pagar por isso, lamentavelmente, como sempre acontece no Brasil, será a população mais carente, as camadas menos favorecidas da população brasileira.

Estamos nesta luta. Vamos posteriormente trazer mais detalhes, mas desde já quero conchamar a sociedade paranaense para que se una na luta para que possamos aperfeiçoar o Sistema Único de Saúde. O SUS é um sistema em construção, ele vai sendo aprimorado a cada ano que passa, mas Saúde Pública não se faz sem três coisas: a primeira delas é seriedade; a segunda é material humano qualificado, e isso temos de sobra aqui no Paraná. Bons médicos, bons trabalhadores na área de Saúde, boas enfermeiras, bons nutricionistas, bons fisioterapeutas, enfim temos profissionais da melhor qualidade. Agora para fazer Saúde Pública tem que ter dinheiro também. E dinheiro vamos ter com o aumento dos repasses do SUS e com a regulamentação da Emenda n° 029.

Por isso, estamos pedindo ao Governo do Estado do Paraná que retome os convênios com os hospitais beneficentes e com as Santas Casas municipais. Quem conhece bem o interior do Paraná sabe o quanto as Santas Casas são importantes para os pequenos Municípios. Os pequenos Municípios, hoje, na área de Saúde, vivem do atendimento emergencial das Santas Casas. Infelizmente, quando existe um problema mais sério, eles têm que mandar a pessoa para a Cidade polo da região. E aí eu considero louvável a descentralização dos serviços de saúde, para que o sistema aqui em Curitiba não fique sobrecarregado e para que não fique acontecendo aquele verdadeiro passeio de ambulâncias nas estradas do Paraná.

O que, muitas vezes, representa a diferença entre a vida e morte de uma pessoa, porque se você tem um hospital próximo, a 30 minutos, não faz sentido você enviar uma pessoa para uma viagem a quatro, cinco horas para ser atendida, já que esse tempo pode significar a diferença entre a vida e a morte. Por isso, quando louvamos a inauguração dos hospitais regionais, que a Secretaria da Saúde do Governo do Paraná vem fazendo, também cobramos que esses hospitais já sejam inaugurados completamente equipados e com corpo clínico suficiente para atender a população, com número de funcionários suficiente, para que não ocorram os transtornos que ocorreram há meses, semelhantes aos que ocorreram em outras épocas lá no hospital em Paranaguá.

Para terminar, quero fazer um convite, em nome da Deputada Cida Borghetti, minha colega de partido, minha amiga, que inclusive esteve recentemente representando o Brasil na Itália, foi motivo de muito orgulho para todos nós. E a Deputada Cida está promovendo amanhã, junto com o Presidente Nelson Justus, o 3º Encontro das Primeiras Damas, do PROVOPAR e da Ação Social dos Municípios do Paraná.

A Sra. Cida Borghetti (PP)

Quero agradecer as suas palavras tão gentis e V. Exa., amanhã, será uma presença muito esperada por todas as Sras. Primeiras Damas, esposas dos Prefeitos, que muito bem como o PROVOPAR, a Ação Social, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação.

É o terceiro encontro que realizamos neste plenário, para tratar de assunto que V. Exa. conhece muito bem, como voluntário que foi, como Presidente da Associação dos Amigos do Hospital de Clínicas.

Amanhã será um dia que vamos apresentar aqui a campanha de mobilização, que é o dia 27 de novembro, Dia de Luta Contra o Câncer de Mama, laço cor-de-rosa para salvar vidas. O dia que teremos palestras com profissionais médicos, oncologistas, bem como a Tânia Gomes, essa mulher que idealizou e que nos ajudou, nos trouxe a ideia de fazer essa lei e o Governador sancionou, tão logo recebeu, e todos os demais Deputados aprovaram por unanimidade.

Gostaríamos de reforçar a presença de você que está em casa, que gostaria de participar, as portas daqui estarão abertas, aqui é a Casa do Povo do Paraná, os Deputados, as esposas dos Deputados. A Deputada Rosane Ferreira, que é profissional da área médica, enfermeira que é, também da Comissão de Saúde, vai falar em nome das demais Deputadas. É um prazer contar com a imprensa, funcionários desta Casa. V. Exa. é uma pessoa pronta para essa missão que é salvar vidas, como Presidente da Comissão Permanente de Saúde desta Casa.

Queria aqui registrar, Deputado, que estivemos durante essa semana no gemelagem importante com a região do Trento, de onde veio a minha família, meu nono, meu bisnono, minha bisnona e lá também pude encontrar, na Cidade de Borgheto de Avio, a casa de minha avó, de meu nono, de mais de 500 anos. É uma história importante, não só como nós, temos esses laços de família de italianos.

Só para destacar, Sr. Presidente, da importância que foi essa missão, aonde a região Trentina, a região de Trento, um gemelagem com a Cidade de Piraquara, que a 130 anos atrás chegaram aqui 59 famílias trentinas, vindas dessas regiões. Se instalaram e escolheram a Cidade de Piraquara, lá fundaram a Colônia Santa Maria, o Caminho Trentino, para quem não conhece, é fantástico, vale a pena. Junto conosco, foi a Santa que os imigrantes trouxeram, a Nossa Senhora de Assunção, que está sendo restaurada e será devolvida à população de Piraquara no início de maio.

Essa foi uma das parcerias com esse gemelagem, essa parceria com o Prefeito Gabão e a sua esposa Fernanda, Secretária da Cultura. É uma delegação importante presidida pelo Sr. Ivanor, que é o Presidente dos Trentinos para Curitiba e Paraná, entre outras ações importantes, transferência de tecnologia, com uma parceria importante com a SANEPAR tivemos a incumbência de representar esta Casa e o Governo do Estado.

Queria apenas deixar registrado.

Muito obrigado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Parabéns, Deputada Cida Borghetti, obrigado pelo convite. É importante esse tipo de missão, até porque temos que estar integrados, já que grande parte da colonização paranaense foi feita por europeus vindos da Itália, Alemanha, Polônia e dos mais diversos Países, além dos afrodescendentes, dos descendentes de árabes, de judeus, japoneses.

Parabéns, Deputada Cida Borghetti, ficamos muito satisfeitos em ver o seu trabalho. Obrigado, Deputado Elio Rusch.

Apenas encerrando, lembrando que teremos aqui nos próximos dias, na Assembleia Legislativa, o evento dos 50 anos do Hospital Evangélico. Trarei mais informações nas próximas Sessões.

Obrigado e parabéns pela conduta desta Sessão.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 155/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/09, que autoriza o Poder Executivo a realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo, ajuste ou outro instrumento congênere, a entidades sem fins lucrativos, declarados de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especifica. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 155/09
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar repasse de recursos públicos, mediante convênio, acordo ou ajuste a entidades sem fins lucrativos, declaradas de utilidade pública pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 1º As ações que serão realizadas por força do repasse de que trata o *caput* deverão fazer parte das Políticas Públicas do Estado do Paraná, conforme especificadas previamente no Plano Plurianual, na LDO e na Lei Orçamentária Anual, exceto em casos de calamidade pública ou situações emergenciais, assim definidas pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º O Chefe do Poder Executivo estabelecerá, mediante decreto, um plano de contas com função e funcionamento definidos para a aplicação dos recursos repassados a entidades privadas, nas condições estabelecidas nessa lei.

§ 3º O repasse de que trata o *caput* deste artigo fica condicionado à satisfação dos seguintes requisitos:

I - identificação da ação a ser executada;

II - plano de aplicação dos recursos financeiros, assinado pelo Presidente da entidade e pelo contador responsável;

III - previsão de início e fim de execução da ação e da conclusão das etapas ou frases programadas;

IV - apresentação de certidões de regularidade fiscal, nos termos do artigo 75 da Lei Estadual nº 15608, de 16/03/07 e artigo 29 da Lei Federal nº 8666, de 21/06/93;

V - existência de sistema de contabilidade, sob a responsabilidade declarada de profissional habilitado na entidade recebedora;

VI - declaração da entidade recebedora de manutenção e guarda em boa conservação e ordem os documentos referentes aos pagamentos efetuados que ficarão a disposição do Tribunal de Contas do Paraná para inspeção dos auditores em relação dos recursos recebidos e suas aplicações.

§ 4º A realização do repasse de que trata o presente artigo deverá ocorrer em conformidade com o disposto nos artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, e alterações posteriores.

§ 5º O Tribunal de Contas do Estado do Paraná poderá, por decisão liminar, suspender de imediato os repasses de recursos quando constatar, mediante inspeção ou auditoria, irregularidade ou deficiência grave no controle interno das entidades recebedoras de recursos públicos.

§ 6º Anualmente deverão ser publicados os balanços correspondentes ao resultado das aplicações dos recursos recebidos e também divulgados no site oficial do Governo do Estado.

§ 7º O convênio, acordo ou ajuste conterá declaração do Chefe do Poder Executivo justificando a necessidade de repasse dos recursos públicos à entidades privada para custeio das ações do Estado delegadas ao terceiro setor.

§ 8º O inteiro teor do convênio deverá ser divulgado no site oficial do Governo, 5 (cinco) dias após a assinatura e permanecer a disposição da sociedade até 1 (um ano) após o término do mesmo, devendo ser destacado por um banner de terceiro setor, na página referente à gestão do dinheiro público.

Art. 2º A entidade recebedora dos recursos públicos fica obrigada a prestar contas ao controle interno do Poder Executivo que após análise e certificação de regularidade quanto a utilização da verba pública, encaminhará a documentação necessária ao Tribunal de Contas do Estado para análise, julgamento e arquivamento.

Art. 3º É solidariamente responsável com a entidade recebedora dos recursos, o ordenador da despesa do órgão repassador, quando não atendidos os requisitos previstos nesta lei.

Art. 4º A aprovação formal do instrumento, pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, é condição obrigatória para realização do repasse.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30/09/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 434/09, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública Estadual o Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná - MTG, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI N° 434/09
A Assembleia Legislativa
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública o Movimento Tradicionalista Gaúcho do Paraná - MTG/PR, com sede no Município de São João do Triunfo e foro nesta Capital.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30/09/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 436/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores Progresso do Bairro Lagoa, com sede e foro no Município de Irati. **Aprovada. (Publ. no DA n° 100/09, de 31/08/09, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 346/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Cianorte, com sede e foro no Município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 373/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 056/09, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Bandeirantes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 386/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 064/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município da Lapa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 325/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 049/09, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Chopinzinho. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA n° 071/09, de 29/06/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 325/09

P A R E C E R :**Do Projeto de Lei**

O Projeto de Lei n° 325/09 de autoria do Poder Executivo, tem por escopo autorizar a efetuação de doação de imóvel, ao Município de Chopinzinho, de área constituída de 2.004,42 m² e 10, com área de 675,00 m², constante na Matrícula n° 18.744, do Registro de Imóveis da Comarca de Chopinzinho.

Competência e Previsão Legal

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que o Governador do Estado, detém de iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição. (grifo nosso).

Vislumbra-se ainda que o Governador está autorizado pelo Regimento Interno desta Casa de Leis em propor projetos de lei.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão. (grifo nosso).

Assim, o Governador do Estado do Paraná, tem competência para iniciar projeto de lei, bem como, leis que dispõe sobre a matéria de doação de imóvel ao Município de Chopinzinho, não ferindo os princípios constitucionais, portanto não há qualquer vedação pela Constituição Estadual e Federal.

O artigo 10 da Constituição Estadual do Paraná, demonstra que a doação imóveis para os Municípios devem ser realizados através de lei, *in loco*.

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e, mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Direta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada por utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

O artigo 17, inciso I, alínea “b” da Lei n° 8666/93, assevera que:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para os órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

a) ...

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado disposto nas alíneas “f” e “h”.

Desta forma, o Governador está autorizado a doar imóveis do Estado, mediante lei ordinária ao Município de Chopinzinho, pois é pessoa jurídica de direito público interno, cumprindo com disposto legal, supracitado.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto lei, apresentado através de prerrogativa e competência do Poder Executivo para legislar sobre a proposição de lei estadual, concernente a matéria tratada.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto lei, não encontra nenhum óbice na Lei Complementar n° 095/98.

Sala das Comissões, em 15/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 325/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Chopinzinho.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo o funcionamento de serviços de Saúde Pública.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 28/09/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 383/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 061/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Quinta do Sol. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovada. (Publ. no DA n° 088/09, de 10/08/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 383/09

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Poder Executivo, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Quinta do Sol, conforme específica.

Em sua justificativa o autor sustenta que: “a presente medida consulta aos interesses públicos, eis que os referidos imóveis serão usados, exclusivamente, para implantação do Centro de Referência de Assistência Social.”

É o relatório.

Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 22/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI N° 383/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Quinta do Sol.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo a implantação do Centro de Referência de Assistência Social.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 28/09/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 480/09, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de utilidade pública a Associação Toledana de GRD, com sede e foro no Município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA n° 105/09, de 14/08/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 480/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Toledana de GRD, com sede e foro no Município de Toledo - Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei n° 6994/78, alterada pela Lei n° 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar n° 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 22/09/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimento n° 4784, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4785, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4786, de autoria dos Deputados Professor Lemos e Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05 de outubro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 378/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 346 e 465/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 325, 383 e 480/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 066, 184, 433 e 483/09.

Levanta-se a Sessão

Publicações

Atas de Comissões

Agricultura

COMISSÃO DE AGRICULTURA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA AUDIÊNCIA PÚBLICA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA: PROCEDIMENTOS E ALTERNATIVAS

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, esta Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná realizou, no Município de Francisco Beltrão, nas dependências da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, com parceria do Grupo Gestor do Território do Sudoeste do Paraná, uma Audiência Pública sobre o tema: "Legislação Ambiental e Agricultura: Procedimentos e Alternativas"; sob a presidência da Sra. Deputada Luciana Rafagnin e coordenação do professor Miguel. A presente reunião contou com a presença do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, bem como dos Srs. Vilmar Reichembach, Prefeito de Francisco Beltrão (representando a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná); Vereador Hélio Alves, Presidente da ACAMSOP 13; Vereador Vilmar Maccari, Vice-Presidente da ACAMSOP 14; Nervaldo Olibon, Coordenador Estadual da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; Professor Miguel, representante do Grupo Gestor do Território do Sudoeste; Luiz Armando Ramos, técnico do Instituto Ambiental do Paraná; Erich Scheidt, servidor da Secretaria de Estado do Planejamento; Alvorio Cristo dos Santos, técnico do Departamento de Estudos Sócioeconômicos e Rurais, professor Leandro José Brun, coordenador do curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal Tecnológica (UTFPR) - campus de Dois Vizinhos; e Ari Silvestri, presidente da ASSESSOAR e coordenador do Grupo Gestor do Território do Sudoeste. A Sra. Presidente deu por aberta a presente Audiência, a qual transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente

Juliana Escher - Secretária

Francisco Beltrão, 30/04/09.

O primeiro a fazer uso da palavra foi o professor Miguel:

- Essa Audiência Pública foi solicitada pelo Grupo Gestor do Território à Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Paraná, para que os agricultores aqui da Região Sudoeste pudessem opinar sobre possíveis mudanças ou ter esclarecimentos sobre a legislação ambiental, além de apresentar as demandas das entidades da região com relação ao assunto.

Por isso, começamos ouvindo o Sr. Neveraldo Oliboni, que representa a FETRAF/Sul."

- Estamos em nossa 5ª Jornada de Luta este ano e um dos itens de discussão é a questão ambiental. Por isso é que trazemos aqui nossa colaboração. Sabemos que existem muitas propostas sendo discutidas em nosso Estado e nosso País. Queremos dizer que somos a favor da preservação ambiental porque acreditamos que nosso meio ambiente merece um tratamento diferenciado. As fortes estiagens que vêm acontecendo, o desmatamento, o uso desenfreado de agrotóxicos, vêm provocando problemas e ocorrem por conta do tratamento que estamos dando ao meio ambiente. Por isso, somos a favor da preservação, mas precisamos conseguir alavancar uma proposta de remuneração por serviços ambientais prestados pelos agricultores familiares. Nós, agricultores familiares, não podemos continuar pagando sozinhos o ônus de todo desequilíbrio ambiental. Precisamos, sim, preservar nossas nascentes, nossos rios, pois a garantia de uma água de qualidade é garantia de vida digna futuramente. Precisamos discutir meio para que os agricultores possam ser recompensados pela colaboração à sociedade. Parabéns à Comissão da Agricultura e a todas as entidades que trouxeram essa discussão ao Sudoeste.

A seguir, passou-se a palavra ao Vereador Hélio Alves, da ACAMSOP 13.

- É importante lembrar que para que consigamos o que queremos é preciso sair de casa e lutar. Por isso, em nome da ACAMSOP, entrego aqui, para a Comissão da Agricultura, um documento com as propostas referentes à questão ambiental.

O documento entregue pelo Vereador continha as seguintes propostas: 1) solicitar aos Municípios que disponibilizem um topógrafo para auxiliar os agricultores na mediação das áreas que farão parte do projeto do SIS-LEG; 2) que seja criado um fundo municipal, estadual e federal, para que através de lei seja concedido bônus aos agricultores que fizerem a preservação do meio ambiente em suas propriedades; 3) acelerar a tramitação das reformas do Código Florestal com definição das áreas de preservação permanente; 4) considerar nas pequenas propriedades de até três módulos, no mínimo, que a área de preservação permanente seja incluída para efeito de cálculos na reserva legal.

Terminada a explanação, o Vereador Vilmar Maccari, da ACAMSOP 14, deu o seu recado:

- Nós vemos aqui o envolvimento da sociedade no que diz respeito ao meio ambiente. Se tivermos uma legislação que nos comprometa, nos sentiremos responsáveis em dar um futuro mais garantido às próximas gerações.

O Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, também comentou o assunto:

- A presença de tanta gente aqui demonstra a importância desse tema que eu vejo colocado em dois ângulos: a preocupação com o meio ambiente em si e por outro lado, a preocupação com a legislação. Todos conhecem os erros drásticos que se cometeram ao longo do tempo e que trouxeram tantas consequências, principalmente a questão da falta de água. Ações são necessárias em relação à conservação, à conscientização, em relação a uma atitude forte para recuperar o tempo perdido e fazer com que a natureza volte a agir. E sentimos a disposição de todos nesse sentido. É inegável que a legislação tem distorções que precisam ser corrigidas para o bem do próprio meio ambiente. A legislação é para um País continental, na verdade, e em muitas regiões acaba gerando dificuldades com relação à preservação. O tema é palpitante e oportuno, o agricultor não pode arcar sozinho com a preservação.

O Deputado Augustinho Zucchi, tomou a palavra logo em seguida:

- Vim participar dessa Audiência por entender ser importante. Tenho o dever de colocar algumas coisas que podem colaborar para o debate. Em 1934, foi criado o primeiro Código Florestal do País, que atendia essencialmente a demanda das florestas. Depois, em 1965, surgiu o Código Florestal propriamente dito, que vigora até hoje. Naquela época, os agricultores tinham que apresentar ao banco a nota fiscal que comprova a destoca do terreno para poder acessar qualquer tipo de financiamento. Por que é que agora, os agricultores são os primeiros a serem cobrados com relação a preservação ambiental? Será que são os agricultores os responsáveis pela poluição da cabeceira do rio Iguaçu, que fica dentro da Cidade? Temos sim que proteger nossos rios, nossas florestas, não é por acaso que passamos por estiagens consecutivas por três anos. Precisamos cuidar de nossas fontes de água, mas essa não é uma obrigação apenas do agricultor. Precisamos ter o bom senso de discutir essa questão ambiental, começando pelo artigo 225 da Constituição Federal, que diz que todos merecem um meio ambiente equilibrado e que todos são responsáveis por isso, não apenas os agricultores.

Acho que podemos ter propostas que minimizem as dificuldades que temos com relação à legislação ambiental. A lei é igual para todos, mas não podemos tratar os diferentes de maneira igual: alguém com 100 mil hectares de terra no Pará não pode ser comparado a um agricultor com 50 hectares aqui no Sudoeste. Temos que continuar tendo o direito de sobreviver, de nossas

pequenas propriedades, com a possibilidade da preservação, especialmente da água. É por isso que quem preserva as nascentes que abastecem as Cidades, quem preserva as matas, as florestas, deve receber, sim, pelos serviços prestados, como já acontece em vários locais no mundo, inclusive em Extrema, interior de Minas Gerais. Os que perdem parte de sua propriedade são “premiados” com recompensa financeira. O agricultor tem que ser parceiro, guardião das águas, afinal de contas, se ainda há alguém nesse mundo que pode pegar um copo e ir direto à fonte tomar água, esse alguém é o agricultor. Então, todos nós somos responsáveis por essa questão ambiental. Na verdade, quem vai legislar sobre esse tema são os Deputados Federais e os Senadores, no entanto, todos devemos discutir e conhecer o tema e por isso essa Audiência. A legislação para a agricultura familiar deve ser diferenciada, mas todos nós, população rural e urbana, devemos ter a responsabilidade pelo meio ambiente.

A próxima pessoa a fazer uso da palavra foi a Sra. Maria Helena Assis do Couto, representando o Deputado Federal Assis do Couto.

- Precisamos achar um meio termo, achar uma saída. É necessário criar uma política de compensação para que o agricultor permaneça na propriedade produzindo e preservando. A legislação não pode ser igual para grandes e pequenos. Precisamos de mobilização para discussão desse tema. O meio ambiente depende de cada um de nós.

A Deputada Luciana Rafagnin passou a fazer uso da palavra.

- Gostaria de lembrar aqui que convidamos os Deputados Estaduais e Federais para esta Audiência, mas eles participam de acordo com os interesses regionais, ou seja, normalmente, nas regiões que representam. Todas as pessoas aqui presentes são autoridades e doutores no que fazem especialmente nossos agricultores. Esse é um momento importante, porque quando debatemos a legislação ambiental, sabemos que estamos tratando de um assunto que nossos agricultores são acostumados, que é a preservação ambiental. Vamos debater sobre a legislação, as exigências, os prazos, tentando sanar as dúvidas que todos temos com relação, principalmente à averbação da reserva legal, e, ao mesmo tempo, queremos colher propostas dos agricultores e das entidades para essa questão. A lei não atinge apenas a agricultura familiar, ela é para todos, mas nossa preocupação maior, nesse momento, está com os pequenos agricultores. Nossa preocupação é casar o cuidado com o meio ambiente com a produção. Não dá para nos eximir da responsabilidade da recuperação e preservação do meio ambiente, porque a responsabilidade do agricultor com isso é grande, mas não pode ser só dele. Quem mora na Cidade também polui, também quer continuar tendo água para beber, também quer continuar vivendo neste planeta, e também tem a responsabilidade de cuidar do meio ambiente, e é essa responsabilidade de todos, que também queremos trazer esta Audiência.

Enquanto Deputados Estaduais, não podemos alterar a lei, mas podemos e devemos levantar propostas que possam aproximar cada vez mais a legislação da população. Ao final de todas as Audiências Públicas um documento com as propostas será apresentado às Comissões Federais e Ministérios que tratam do assunto. Temos que encontrar uma forma para que o agricultor preserve, sem prejuízos financeiros, para que continue sobrevivendo com sua família. Agora, teremos as falas técnicas a respeito da legislação ambiental. Esperamos que a Audiência seja bem produtiva para nossos agricultores.

Neste momento, o técnico do IAP, Luiz Armando, inicia sua palestra.

- Essa será uma explanação sobre legislação ambiental, fazendo um passeio sobre as leis, decretos, normas referentes ao assunto. A ideia do Código Florestal de 1965 era proteger a Amazônia. Nesse Código coloca-se que a preservação é uma ação gratuita, não havendo compensação financeira. A APP (Área de Preservação Permanente) é intocável e a RL (Reserva Legal) é passível de uso desde que não para corte raso, ou seja, não pode ser usada para lavouras e pastagens. o direito de propriedade está ligado ao fato de se cumprir a função social da propriedade. E daí, tem-se um tripé de quesitos cumulativos para se cumprir a função social: ambientalmente correto, socialmente justo, economicamente viável. Sem esse tripé nenhuma propriedade rural se mantém, nem as da agricultura familiar. A Medida Provisória nº 2166 atende, em grande parte, os anseios da agricultura familiar: isenta o agricultor familiar das taxas; retira a exigência do georreferenciamento, permitindo a apresentação de croqui; isenta de taxas cartorárias no Registro de Imóveis; e a área de RL pode ser composta com a APP. No Estado do Paraná, o Decreto nº 387, cria o SISLEG, que na verdade é um sistema para ter um banco de dados estadual da RL, oferecendo alternativas para a composição da RL. Nele, especifica-se a possibilidade de compensar a RL em outra propriedade, desde que seja na mesma bacia, no mesmo bioma e a utilização da APP como RL na agricultura familiar. Hoje, o IAP não emite mais licença ambiental sem a averbação da RL. A agricultura familiar é a única trincheira nesse mundo globalizado em que vivemos, pois representa o não uso de agrotóxicos, de transgênicos, um certo nível de respeito ao meio ambiente. Onde a agricultura familiar resiste e o último refúgio das tradições religiosas, regionais e até mesmo éticas. Além disso, é a agricultura familiar que coloca o alimento em nossa mesa, porque, normalmente, o agronegócio é voltado para a exportação.

Terminada a apresentação do IAP, passamos à segunda palestra, com o servidor da Secretaria de Estado do Planejamento, Sr. Erich Scheidt.

- O Governo do Estado sempre teve vários programas que atingiam o agricultor familiar, o problema é que não tem pernas para atingir a todos. Ao longo dos últimos seis anos trabalhamos com o Programa Paraná Biodiversidade, ajudando pequenos agricultores a

recuperarem a reserva legal das propriedades. Trabalhamos com 1 mil e 200 e agricultores de duas formas: gerando um negócio para venderem produtos da RL ou fazendo com que restaurassem e protegessem suas áreas de RL enquanto aplicávamos dinheiro na agricultura. Desses 1 mil e 200 que recuperaram a RL ninguém reclama de perda de renda, talvez porque houve investimento na agricultura e também renda proveniente de produtos da RL. A RL só é sustentável se promover conservação (proteção de água, solos, animais) e gerar recursos. As mudanças ambientais são uma grande oportunidade para o agricultor obter renda. Todos os Municípios que têm mananciais recebem do Estado recursos do ICMS Ecológico. Marmeleiro, por exemplo, recebe de 700 a 800 mil por ano nesse repasse. Falta em nosso ambiente a floresta, por isso o problema do aquecimento global vem se agravando diariamente. A agricultura, em geral, é extremamente poluidora, grande colaboradora para o aquecimento global, mas a agricultura familiar pratica todas as boas práticas recomendadas pelo painel de mudanças climáticas. Ela faz o que o mundo diz que tem de ser feito na agricultura, então, ela tem que capitalizar isso, ela tem que pôr árvore na sua propriedade e ganhar dinheiro com isso. Quando se faz uma lavoura de soja, por exemplo, se emite carbono. Hoje em dia tem gente vendendo reflorestamento, mas poucos ganhando dinheiro com créditos de carbono. A RL não é ruim do ponto de vista econômico. Em áreas de agricultura familiar, a RL nunca passa de 25% da propriedade. Acho que a Lei de Reserva Legal é excelente e quem provoca empecilhos somos nós.

A terceira palestra foi com o Sr. Alvorí.

- Durante o ano de 2008, realizamos um trabalho para gerar indicadores econômicos e sociais em Sistemas de Agricultura Familiar (SAFs) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. A agroecologia, agricultura orgânica, construiu ao longo do tempo outras formas de produção agrícola. Há uns 20 anos, por exemplo, algumas organizações passaram a trabalhar esse novo tipo de agricultura no Sudoeste do Paraná. A agrofloresta também é uma forma de agricultura construída pelos próprios agricultores. Antes disso, vamos falar um pouco sobre a soja: um trabalho produzido pela UNICAMP afirma que um trabalhador agrícola, produzindo soja no sistema químico, agregaria de R\$ 13 a R\$23 pelo dia de trabalho. Na agricultura orgânica, mesmo não se tendo dados claros ainda com relação aos custos, a tendência é que o resultado seja mais positivo. Agrofloresta, além de renda e trabalho, proporciona a preservação do meio ambiente e agrega de R\$ 35 a R\$ 45 pelo dia trabalhado. Com a diferença logo vista na preservação das águas, dos solos, dos ecossistemas. Com certeza vários profissionais já visitaram sistemas de produção orgânica e agroflorestal e atestaram que, na maioria dos casos, o solo está realmente conservado, a água recuperada e preservada, a mata em plenas condições.

O quarto palestrante foi o professor Leandro José Brun.

- É importante a participação das entidades, universidades, órgãos públicos, institutos de pesquisas, que vêm conversar com os agricultores. E sou professor do curso de Engenharia Florestal da UTFPR-Dois Vizinhos e quero pontuar alguns quesitos sobre a legislação ambiental. De acordo com a lei, temos que preservar, mas que apoio se tem para isso? As alternativas que foram apresentadas aqui até agora também estão sendo estudadas pela universidade. Não adianta ficarmos pensando de quem é a culpa, precisamos agir, fazer a nossa parte. Nessa época de estiagem, vemos agricultores familiares sendo exemplo de proteção e recuperação das fontes de água. A floresta tem de ser protegida, mas ela precisa ser usada, e pode ser de várias maneiras. A UTFPR se coloca à disposição para auxiliar os pequenos agricultores na regularização de suas propriedades.

O último palestrante a falar foi o Sr. Ari Silvestri.

- O território abrange os 42 Municípios da Região Sudoeste do Paraná e é composto por 24 entidades (12 civis e 12 governamentais) que discutem inerentes à região. Estamos entregando um documento à Presidente da Comissão de Agricultura, com várias propostas da agricultura familiar, que tem a responsabilidade de produzir a maior parte do alimento consumido pela população brasileira. O que fazemos hoje tem que ter a preocupação com as futuras gerações. Por isso apresentamos as seguintes propostas: 1) remuneração por serviços ambientais prestados pelo agricultor; 2) criação de um fundo mantido por empresas privadas e públicas que dependem e utilizam os recursos naturais; 3) indenização, por parte do Estado, para que os agricultores consigam adequar suas instalações que estiverem em APPs; 4) amenizar o impacto ambiental gerado pelas indústrias; 5) fazer valer o Decreto Federal nº 6660/08; 6) fazer valer a MP nº 2166/01; 07) criação de política de crédito para conversão agroecológica para agricultores familiares; 8) garantia da gratuidade da averbação da RL para agricultores familiares; 9) garantia da participação das entidades de representação dos agricultores familiares em todas as esferas do Conselhos do Meio Ambiente; 10) criação de um programa de Estado para formação, capacitação e conscientização da população sobre o cuidado com o meio ambiente; 11) criação de políticas que garantam a recuperação, preservação, qualidade e disponibilidade de água. Esse é o pensamento e as propostas resumidas do comitê gestor.

Nesse momento, a Deputada Luciana abre o debate.

- Abrimos agora o debate, informando que todas as propostas aqui levantadas farão parte do documento que será encaminhado para as esferas federais de discussão do tema.

As pessoas presentes, que fizeram uso da palavra, levantaram os seguintes problemas e propostas:

Problemas:

* pagamento de taxas pelo agricultor para regularização das APPs e Reserva Legal;

* dúvidas para a legalização da propriedade (poucas informações provenientes dos órgãos de Estado competentes);

* rios das “Cidades” não tem área de preservação permanente;

* construção de poços artesianos prejudicam as fontes naturais de água;

* preservação nas propriedades no entorno das barragens (de quem é a responsabilidade).

Propostas:

* regulamentação da Medida Provisória nº 2166/01;

* explicitar a questão da gratuidade dos serviços para os agricultores familiares;

* levar a discussão desse tema a todos os Municípios, para que o agricultor receba a informação;

* cobrar a participação e responsabilidade de preservação do meio ambiente do setor urbano também;

* cobrar a presença de Deputados Federais nos debates realizados.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA
PROCEDIMENTOS E ALTERNATIVAS**

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de dois mil e nove, esta Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, realizou no Município de Araucária, nas dependências do anfiteatro da Prefeitura Municipal, uma Audiência Pública sobre o tema: “Legislação Ambiental e Agricultura: Procedimentos e Alternativas;” sob a presidência da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, com a presença dos Srs. Deputados Professor Lemos e Rosane Ferreira, bem como, dos Srs. José Albanor Ferreira Gomes, Prefeito Municipal de Araucária; Edson Basso, Prefeito Municipal de Campo Largo; Vereador Rui Sérgio Gomes de Souza, Presidente da Câmara de Vereadores; Mário Sérgio Rocha, Secretário Municipal de Agricultura; Vitor Hugo Burko, Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná; Eduardo Kuduavski, Diretor Geral da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Miguel Burda Filho, Gerente Local da EMATER; Pedro Woychk, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Antonio Gebaroski, presidente do Sindicato Rural; e José Leitão, representante da Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A Sra. Presidente deu por aberta a presente Audiência, a qual transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
Juliana Escher - Secretária

Araucária, 26/05/09.

O primeiro a falar foi o Sr. Mário Sérgio Rocha.

- Essa reunião é de importância ímpar para nosso Município e nosso agricultor. A discussão da RL e das APPs interfere muito na vida do agricultor. Daqui, hoje, sairá um documento que será remetido a Brasília que contribuirá com a discussão. É bom preservar a natureza, mas precisamos manter a produção.

O segundo a fazer uso da palavra foi o Sr. Eduardo Kuduavski.

- Esse assunto trata-se de mais um conflito pelo qual passamos. Não podemos tomar decisões precipitadas. É preciso que reflitamos sobre a construção da sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável do País. E quando falamos em desenvolvimento sustentável é preciso compatibilizar crescimento econômico com justiça social e preservação ambiental. Não é possível pensar em crescer economicamente simplesmente, sem levar em conta a capacidade de suporte dos nossos ecossistemas. Temos que levar em consideração, nessa discussão, três situações: a lei é falha, porque não facilita a sustentabilidade econômica e social da propriedade rural; a distribuição de atribuições nas esferas municipal, estadual e federal, no controle das questões relativas ao Código Florestal; é necessária a educação ambiental da população. O Código Florestal não deve ser visto como aquele que impede o desenvolvimento, ele deve ser visto, sim, como mais um instrumento que pode nos propiciar a construção da sustentabilidade. É importante aproveitar esse momento de discussão para que se construam as mudanças necessárias na lei e também se propicie um crescimento da nossa consciência ecológica.

O Vereador Rui Sérgio também deixou seu recado.

- Eu tenho as preocupações que são as preocupações de vocês. É interessante que vocês agricultores possam continuar produzindo, colaborando também com a preservação, porque nós moradores da Cidade, precisamos da produção de vocês.

Quem falou depois foi o Sr. Miguel Burda Filho.

- É preciso compartilhar a produção com a preservação. É necessário que se pense em produzir, em utilizar o solo, com o uso mínimo de agrotóxicos, tentando não agredir o meio ambiente.

O Prefeito Edson Basso somente reforçou a ideia de que a Audiência é importante para que se levantem propostas viáveis.

O próximo a falar foi o Deputado Professor Lemos.

- Sabemos da importância de preservar o meio ambiente, cuidar dos nossos rios, das nossas fontes de água. Cuidar da nossa natureza é frear essa crise ambiental que estamos vivendo. Temos compromisso, sim, com o meio ambiente, precisamos combinar a preservação com a sobrevivência no campo. Precisamos produzir, de modo que tenhamos vida digna no campo. Nós, pequenos agricultores, não podemos pagar sozinhos por um passivo que é de toda a sociedade, por isso precisamos de debates

como este para encontrarmos alternativas. O Poder Público, juntamente com empresas que exploram o meio ambiente (COPEL, ELETROSUL, SANEPAR) precisa assegurar a sobrevivência, a sustentabilidade do homem no campo.

A Deputada Rosane Ferreira falou o seguinte: “produzir preservando. Preservar produzindo. Esse deve ser o nosso lema.”

O Prefeito Albanor também fez o uso da palavra.

- É importante ouvirmos o que se tem a dizer a respeito desse tema. Sabemos da importância do trabalho de cada agricultor e das dificuldades que enfrentam. Sabemos que, mesmo com muitas limitações, continuam produzindo, alimentando a Nação, fazendo com que as mesas deste Brasil tenham alimento. Espero que este momento, esta Audiência, seja muito proveitoso para todos nós.

A próxima a falar foi a Deputada Luciana Rafagnin.

- Mais do que ficarmos aqui falando, queremos ouvir vocês, agricultores aqui presentes. O Código Florestal existe desde 1965. Em 1999, o Presidente Fernando Henrique baixou um decreto colocando que, até o final de 2008, todos os proprietários rurais precisavam averbar nas matrículas dos imóveis 20% de suas terras como reserva legal. Percebendo que o prazo era curto demais, no ano passado, o Presidente Lula, através de outro decreto, prorrogou o prazo para o final de 2009. O objetivo dessa Audiência é mostrar o que é o Código Florestal e quais suas exigências e levantar possíveis propostas para as melhorias necessárias. Precisamos entrar num atendimento entre produção e preservação. Sabemos que muito do que está acontecendo se dá pelo fato de termos explorado o meio ambiente sem os cuidados necessários. Temos que pensar de que maneira o agricultor poderá produzir e preservar sem prejuízos econômicos. Passo a palavra, agora, para o Sr. Vitor Hugo, que fará a palestra sobre a legislação ambiental.

- A política nacional e até mundial tem o meio ambiente como grande tema atualmente. É importante que entendamos que fazemos parte da natureza, na verdade, somos iguais a ela. A natureza nos dá, diariamente, lições claras sobre sua situação, às vezes podemos até fazer de conta que não vemos, ou tentamos não enxergar. A inundação em Santa Catarina é um exemplo disso. É exemplo de que a natureza cada dia passa por um estresse maior. Temos que fazer alguma coisa pelo meio ambiente, não dá mais para seguirmos no processo de destruição, ou será que vamos deixar a água chegar num ponto em que não possamos mais chegar perto dela? Mas também não vamos conseguir com que as florestas cheguem ao tamanho que eram na época do descobrimento do Brasil. Se continuarmos com o processo atual de desenvolvimento econômico vamos atingir um colapso. Estamos num momento em que se não agirmos com clareza, em nome do desenvolvimento vamos transformar o mundo inteiro numa Ilha de Páscoa, porque hoje os impactos que causamos não se restringem apenas às nossas áreas, são

impactos globais. Precisamos encontrar uma forma de desenvolvimento sustentável. E o que é que se precisa para isso? Primeiro, conservar as nossas águas, sem elas não existe nada, lembrando que a natureza vive de maneira harmônica, uma coisa interfere na outra. As APPs são de extrema necessidade na beira dos rios, talvez se tenha espaço para discutir a extensão dela de acordo com cada rio, mas não há como se pensar na extinção das mesmas. Teremos que discutir como se dará a produção nas pequenas propriedades. A finalidade da RL é ter uma cobertura florestal mínima, porque é a floresta que processa nosso ar, que permite que o solo seja preservado, que mantém o equilíbrio natural. Temos que entender que a legislação ambiental é muito nova. O Direito Criminal, o Direito Comercial, o Direito Civil, são discutidos pelo homem há, três, cinco ou 10 mil anos, quando o Direito Ambiental ainda não existia. O que existiam eram programas públicos que financiavam o desmatamento. Quem não derrubasse árvores, não limpasse sua propriedade, era considerado vagabundo. O direito ambiental ainda não é algo inerente ao povo, mas um dia será, exatamente quando for assimilado pela sociedade. As leis não podem ficar restritas aos gabinetes e órgãos públicos, elas precisam ser entendidas, absorvidas e assimiladas pela população. Se existe um inimigo do meio ambiente maior que a ganância do homem é a miséria e a ignorância de um povo. Não adianta imaginarmos que vamos obrigar um pequeno agricultor a recompor suas áreas se isso significar acabar com o sustento dele, porque ninguém vai aceitar passar fome. Acho que está na hora de sermos objetivos, práticos no sentido de interpretar as ações. Jamais vamos conseguir construir uma boa política ambiental se não mudarmos de postura no nosso dia a dia, todos nós cidadãos rurais e urbanos. A política ambiental é uma necessidade, mas tem que ser mais que isso. Tem que ser um direito para garantir o futuro das próximas gerações. Sabemos que é em Audiências como essa que se dá a construção de uma política efetiva para o meio ambiente. Não adianta essa discussão passar apenas pelos gabinetes e assessorias. A sociedade tem que usar os órgãos ambientais como instrumento colaborar no equilíbrio do meio ambiente.

Agora, a discussão se abre para a plateia e, assim, surgem os problemas e as propostas.

Problemas:

- APPs no entorno das barragens (de quem é a responsabilidade: empresas ou agricultores);
- demora em processos que dão entrada no IAP;
- maiores poluidores são órgãos públicos;
- proibição do corte das araucárias;
- custo a averbação;
- saibro utilizado nas estradas prejudicando os rios;
- diferenciação entre preservação em áreas urbanas e rurais. A Cidade polui e o campo é obrigado a preservar.

Propostas:

- pagamento mensal ao agricultor pela preservação;
- utilizar áreas públicas para reflorestamento;
- reflorestar as beiras das rodovias;

- utilizar recursos provenientes de empresas poluidoras para o pagamento aos agricultores pela preservação;
- criação de um fundo nacional, a exemplo do FUNDEB;
- uso sustentável das APPs;
- rever plantio e derrubada das araucárias (manejo);
- desenvolvimento de uma política ambiental urbana;
- diferenciação na preservação de acordo com o uso do solo, da propriedade (quem usa nada ou pouco agrotóxico, por exemplo, plantio direto, etc, teria algumas vantagens).

COMISSÃO DE AGRICULTURA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
AUDIÊNCIA PÚBLICA
LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA
PROCEDIMENTOS E ALTERNATIVAS

Aos cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e nove, esta Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná realizou no Município de Nova Laranjeiras, nas dependências do Clube Sorela, uma Audiência Pública sobre o tema: "Legislação Ambiental e Agricultura: Procedimentos e Alternativas"; sob a presidência da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, com a presença do Sr. Deputado Elton Welter, bem como dos Srs. Eugênio Bittencourt, Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras; João Costa, Prefeito Municipal de Porto Barreiro e Presidente do CONDETEC; Cesar Bovino, Prefeito Municipal de Rio Bonito do Iguaçu e Vice-Presidente da Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu; Antonio Laves da Cruz, Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Laranjeiras; Valter Israel da Silva, representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; Gabriel Spindola, representante do Movimento Sem-Terra - MST; Marcos Rochinski, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e Joaquim de Souza Neto, representante da Secretaria de Estado da Agricultura. A Sra. Presidente deu por aberta a presente Audiência, a qual transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
Juliana Escher - Secretária

Nova Laranjeiras, 05 de junho de 2009.

O Prefeito Eugênio, como anfitrião, deu início à Audiência.

- Quero enaltecer a vinda da Comissão de Agricultura ao nosso Município. Sabemos que a escolha de Nova Laranjeiras como sede dessa Audiência Pública se deu em função do trabalho dos nossos agricultores e do trabalho dos Gestores do Conselho de Desenvolvimento da Cantuquiriguaçu. A questão ambiental é um assunto que precisa ser amplamente debatido. Precisamos pensar nas futuras gerações e sabemos que nossos agricultores

têm consciência disso. Não é o agricultor familiar que desmata, ele sabe que sua produção está condicionada também à preservação ambiental.

O Prefeito João Costa deu sequência ao debate.

- Nosso território está caminhando muito bem, mas precisamos de apoio. As coisas estão acontecendo por mobilização nossa, por isso é importante a realização desse debate aqui. Não adianta vivermos bem se nossos netos não tiverem também essa possibilidade. É necessário e importante que esse debate se dê em todos os níveis, abrangendo os agricultores, o Legislativo, Governo Federal, Governos Municipais, sociedade organizada, porque se nós, os pequenos, não discutimos isso, seremos facilmente engolidos pelos grandes produtores, pelas grandes empresas. A democracia é assim mesmo, tem disputas, e se faz nesses momentos. Não podemos deixar que os grandes produtores discutam isso sozinhos. Também não vamos resolver sozinhos, mas vamos dar a nossa contribuição.

O próximo a falar foi o Prefeito Cesar Bovino.

- Quero só dizer que está na hora mesmo de nos organizarmos. Como agricultor e como Prefeito, sei o que é sofrer as consequências da questão ambiental. Temos que pensar nos lagos artificiais (hidrelétricas), pois o agricultor não poder ser o único penalizado a compor a reserva nas beiras das barragens. Não podemos abusar do meio ambiente, mas temos que aprender a explorar o turismo. A desunião nossa pode levar ao caos, mas a união pode levar à solução. A questão ambiental não deve ser apenas responsabilidade dos agricultores. Porque é que quando se constrói um prédio, por exemplo, não se deixa 20% dos apartamentos para uso comum: farmácia, hospital, etc.? Porque só o agricultor tem que se desfazer de uma parte de sua produção em prol do bem comum? É preciso conciliar a parte produtiva com a parte ambiental.

O Vereador Antonio Cruz foi o próximo a falar.

- Hoje é Dia do Meio Ambiente. Se os rios e san-gas pudessem falar, com certeza pediriam socorro. Se o homem tem o poder de destruir, também tem o poder de construir. Isso nós podemos fazer, por isso ainda é possível melhorar a situação com cada um fazendo a sua parte.

A seguir, quem fez uso da palavra foi o Sr. Valter.

- Essa Audiência é importante para pautar a sociedade com relação ao meio ambiente. O Movimento dos Pequenos Agricultores vem dizendo que não é o momento de mexermos no Código Florestal, mas para que as pequenas propriedades se viabilizem, mesmo com a total implantação do Código Florestal, é que propomos o pagamento por serviços ambientais prestados para famílias de pequenos agricultores e também utilizarmos as brechas que o Código Florestal tem. Não existe o monstro do Código Florestal, o que acontece é a pressão dos latifundiários tentando nos encurralar.

O representante do MST também deixou seu recado aos participantes.

- É muito importante o debate. Queria dizer que o MST, desde sua origem, se preocupa com a preservação

do meio ambiente, todos os assentamentos tem sua área de preservação. Enquanto estamos preocupados com essa preservação, tem gente querendo a destruição da Amazônia. O que eu espero é que a lei seja cobrada também dos grandes proprietários que, historicamente, vem destruindo o meio ambiente.

Marcos Rochinski falou pela FETRAF.

- A primeira coisa que precisamos colocar em nossa mente é que quando se discute o meio ambiente é importante lembrar que no País há um projeto permanentemente em disputa. Não podemos achar que o Estado (Governo) tem que resolver todos os nossos problemas. Hoje o que vemos é uma ofensiva do grande agronegócio, dos grandes fazendeiros, tentando colocar para o Governo e para a sociedade que, ou se abrem novas fronteiras agrícolas, ou o País se tornará inviável na agricultura. Esse é o discurso do próprio Ministério da Agricultura, através de seus técnicos que fazem os estudos. E sabemos que não é bem assim. Neste momento, nós, dos movimentos sociais, estamos articulando um documento de apoio ao Ministro Minc para que possa enfrentar essa batalha. Temos um grande conjunto de propostas, mas o que queremos, basicamente, é construir uma base que possa colocar, nós agricultores, dentro de uma legalidade ambiental, porque não somos bandidos para termos que ficar correndo do IAP, da Polícia Florestal, para ficar se preocupando por poder ser preso ao cortar um pedaço de lenha para fazer fogo em nosso fogão à lenha ou para arrumar uma viga que está caindo em nossa casa. Precisamos estabelecer um processo de recuperação das APPs que não torne inviável nossa propriedade e também tratar essa questão da recompensa ambiental. Temos uma prática que preserva, diferente do agronegócio, nós não queremos que nosso olho d'água seque, nós precisamos dele, é diferente do grande produtor que nem mora na propriedade, que nem se importa com a existência ou não de água. Então, precisamos tratar a pequena propriedade, até quatro módulos fiscais, de maneira diferente com relação a legislação ambiental. Esse é o anseio das nossas organizações.

O Sr. Joaquim, da SEAB, também fez uso da palavra.

- Quero saudar a iniciativa da Comissão de Agricultura por trazer o Governo até o interior, até perto do problema. Existe tecnologia disponível hoje que permite a produção de alimentos para o Brasil e para exportação preservando o meio ambiente, conservando a água e a biodiversidade. O que precisamos é de um pouco de boa vontade, uma legislação mais próxima, talvez no Município. É preciso conscientização de que precisamos aliar produção, preservação e qualidade de vida, tanto na roça quanto na Cidade, para que as futuras gerações tenham condições de vida. Parabéns pela iniciativa da Audiência Pública! É possível preservar e viver bem enquanto inquilinos neste mundo.

A Deputada Luciana foi a próxima a falar.

- Nosso objetivo maior é estabelecer uma harmonia entre a questão ambiental e a econômica. Todas as propostas apresentadas serão acolhidas encaminhadas às comissões competentes em Brasília. Nós, Deputados Estaduais, não temos o poder de alterar a legislação porque ela é federal, mas através das Audiências Públicas, com a participação da sociedade, queremos ter condições de elencar propostas e fazer com que elas cheguem onde possam ser analisadas e aproveitadas. Quero convidar à Mesa, agora, nosso companheiro Celso Araújo, do IAP, que será nosso palestrante.

-Vamos falar um pouco sobre a legislação ambiental que está em vigor. Desde 1934, a lei exigia que 25% do total da propriedade deveria estar preservado, com reserva legal. Em 1965, a lei foi alterada, passou a exigir 20% de reserva legal no Paraná. Em 1890, 98% do Paraná tinha cobertura florestal; em 2005, já eram apenas 3,4%. Como os cílios protegem os nossos olhos, a função da mata ciliar é proteger os rios para evitar que impurezas cheguem até ele. Em 1989, uma lei federal destacou a obrigatoriedade da averbação da reserva legal e, em 1991, pela Lei nº 8171, artigo 99, estipulou-se que a cada ano 1/30 da RL fosse recuperada. Em 1999, através de um decreto, o Governo do Estado assumiu a questão ambiental com a criação do SISLEG. Esse decreto estabeleceu prazo máximo de 20 anos para a recomposição da reserva legal com plantas nativas e exóticas, delimitando até 2018.

Na pequena propriedade, se a soma da RL com a APP passar de 25%, a propriedade já está legal. Além disso, o agricultor familiar está isento das taxas cartorárias. Até o final desse ano, a obrigação de cada proprietário é averbar a área destinada a RL. Todos nós, técnicos, achamos que esse prazo é inviável, não há profissionais suficientes para atender a demanda dentro desse prazo.

A Resolução nº 045 da SEMA determina o que é pequeno agricultor para efeitos da lei: é aquele que reside na propriedade, com área de até 50 hectares, contando apenas com mão de obra familiar e cuja renda seja proveniente em 80% da propriedade. Hoje o IAP exige a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), ou laudo de órgão competente dizendo que é agricultor familiar. Ainda de acordo com o artigo 5º da resolução, a reserva legal recuperada poderá ser manejada para obtenção de produtos madeiráveis e não madeiráveis, de acordo com o plano de recuperação. Da área de RL pode-se tirar algumas espécies para uso na propriedade, não com corte raso. Bom, essa é a legislação em vigor, lembrando sempre a diferenciação entre pequenos e grandes proprietários.

O Deputado Welter também deixou seu comentário.

- Eu prestei atenção em todas as falas aqui e percebi uma grande vontade de que as contas não sobrecaiam sobre o pequeno agricultor. Vou fazer uma sugestão aqui: quero propor um programa que financie a recuperação da reserva legal, porque madeira é dinheiro e

pode ser uma poupança para o agricultor. Um programa para que ele use uma parte dessa madeira como renda de sua família no futuro. Estou propondo isso para a pequena propriedade. Essa semana, hoje especificamente, o Governo Federal vai anunciar uma mensagem no Congresso Nacional que institui a Política Nacional de Gestão Ambiental e cria a remuneração por serviços ambientais prestados. Existe um projeto meu também que cria o prestador de serviços ambientais, através de um fundo. Agora isso tem que virar programa de Governo, compromisso. O agricultor sabe que tem que preservar, mas não precisa ser o único responsável por isso. Além do mais, o pequeno agricultor tem que tomar cuidado para não ir à onda do que o grande devastador quer. Sinto que há uma grande disposição de todos com relação aos cuidados com o meio ambiente, e isso é importante, porque o que fazemos aqui não ficará somente conosco. Somos responsáveis também pelas futuras gerações.

A Deputada Luciana usou a palavra novamente.

- É de comum acordo que precisamos encontrar um ponto de consenso. Todo mundo aqui está consciente de seu dever de preservação, todos sabemos o que estamos pagando hoje por não termos dado a devida atenção ao meio ambiente, mas não podemos permitir que só o agricultor pague a conta. Temos que abrir o debate com a sociedade. Temos que ter um fundo de compensação, sim. O agricultor vai fazer a parte dele, mas precisa ser compensado por isso. Tanto quem mora na Cidade quando quem mora no interior tem responsabilidade com o meio ambiente. A partir desse momento abrimos para a explanação de todos os presentes interessados.

Problemas:

- * preocupação com a quantidade de agrotóxicos utilizados nas propriedades;
- * fiscalização duvidosa em grandes propriedades;
- * falta de punição aos grandes produtores em caso de desmatamento;
- * mansões em torno dos lagos (não são fiscalizados com relação a legislação ambiental);
- * falta de preservação nas Cidades;
- * falta de programas municipais para a questão ambiental (plano de desenvolvimento).

Propostas:

- * pagamento aos agricultores pela água produzida, cuidada e recuperada (através da criação de um fundo com recursos de empresas públicas e privadas que utilizam bens naturais);
- * manejo ambientalmente correto das estradas rurais, por parte das Administrações Públicas;
- * não permitir a compensação de áreas de RL em outras propriedades;
- * autorizar, através do bloco de produtor, a retirada de madeira da RL;
- * massificar a discussão desse tema em escolas e meios de comunicação;
- * criar uma campanha governamental de conscientização;

- * incorporação da RL à APP;
- * assistência técnica permanente;
- * reversão do uso dos recursos do ICMS Ecológico.

Defesa do Consumidor

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira e com a presença dos Srs. Deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch e Francisco Bühner. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 124/09, de autoria do Deputado Marcelo Rangel; 2) Projeto de Lei nº 125/09, de autoria do Deputado Ademar Traiano; 03) Projeto de Lei nº 136/09, de autoria do Deputado Jonas Guimarães; 04) Projeto de Lei nº 181/09, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, todos anexos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, William Augusto Gomes e Oliveira Bellani, secretário desta comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
William Bellani - Secretário

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e nove, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Defesa do Consumidor, sob a presidência do Sr. Deputado Reni Pereira e com a presença dos Srs. Deputados: Antonio Belinati, Cleiton Kielse e Elio Rusch. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 243/08, de autoria do Deputado Stephanes Júnior; Projeto de Lei nº 388/08, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli; 02) Projeto de Lei nº 147/09, de autoria do Deputado Antonio Belinati; 03) Projeto de Lei nº 276/09, de autoria do Poder Executivo, todos anexos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cleiton Kielse - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será

assinada pelo Sr. Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, William Augusto Gomes e Oliveira Bellani, secretário desta comissão.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente
William Bellani - Secretário

Presidência

Indicação Legislativa

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1624

Autoria do Deputado Alexandre Curi

SÚMULA:

Sugere a reinstalação do Cartório de Jaracatiá, do Distrito de Goioerê.

Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado:

O Deputado Alexandre Curi dirige-se a V. Exa. para expor e sugerir o seguinte:

I - a reinstalação do Cartório de Jaracatiá, do Distrito de Goioerê, que foi extinto pela Lei nº 14277, de 2003;

II - a execução desta sugestão será de grande importância para a comunidade da região, que sempre teve um bom atendimento no Cartório de Jaracatiá e sofre com as longas distâncias que tem que percorrer para ser atendida em outros cartórios.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 30/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1625

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a doação de uma ambulância modelo SIATE para a Secretaria de Saúde do Município de Prudentópolis.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subscreve, vem, respeitosamente, perante o Secretário de Saúde, Dr. Gilberto Berguio Martin, solicitar:

Doação de uma ambulância modelo SIATE para a Secretaria de Saúde do Município de Prudentópolis.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 30/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

O Município de Prudentópolis possui dois hospitais e atendimento na área de Saúde com o Pronto Atendimento 24 horas. Com uma extensão territorial de 2 mil e 308 Km², concentra sua população em grande parte na área rural sendo algumas localidades distantes até 100 quilômetros da sede do Município. Acrescente-se ainda que a Cidade é cortada pela BR-277 e que frequentemente registra acidentes cujo atendimento é efetuado também pelo Município. O Governo substitui com frequência as

ambulâncias utilizadas na Capital e certamente a destinação de um veículo com estas características, mesmo que usado, será de grande utilidade para o Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1626

Autoria da Deputada Rosane Ferreira

SÚMULA:

Solicita a construção do Centro Estadual da Juventude no Município da Lapa/PR.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião - Governador do Estado do Paraná e a Ilma. Sra. Vera Mussi Augusto - Secretária de Estado da Cultura:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor o que segue:

I - solicita a construção do Centro Estadual da Juventude, no Município da Lapa.

II - estamos apresentando a presente indicação, objetivando beneficiar toda a juventude do Município da Lapa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 30/04/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1627

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de construção de viaduto na PR-323 - final da avenida Maranhão no trevo de acesso a São Lourenço - em Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de construção de viaduto na PR- 323 - final da avenida Maranhão no trevo de acesso a São Lourenço - em Cianorte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um trevo onde ocorrem inúmeros acidentes. O último, ocorrido no dia 29 de março, deixou cinco mortos da mesma família. Necessário, portanto, a construção de viaduto neste trevo para acabar com os acidentes que vem ocorrendo constantemente.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1628

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Almirante Tamandaré.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - Que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Almirante Tamandaré.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1629

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Araucária.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - Que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Araucária.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1630

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Agudos do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - Que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Agudos do Sul.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1631

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para cada uma das nove regionais do Município de Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - Que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para cada uma das nove regionais do Município de Curitiba.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos cidadãos curitibanos, que terão a seu dispor um equipamento cultural que promove a democratização do conhecimento, pelo acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros. O local estimula, ainda, a valorização cultural da região - com artistas locais que pintam um painel na entrada principal.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1632

Autoria da Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere ao Governador e ao Secretário de Estado da Saúde a doação de uma ambulância para o Hospital Universitário de Maringá.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Saúde, sugerindo aos mesmos a doação de uma ambulância para o Hospital Universitário de Maringá.

O Complexo Hospitalar da Universidade Estadual de Maringá - HUM, atende 100% SUS, atingindo população de mais de um milhão de habitantes, compreendendo 30 Municípios vinculados à 15ª Regional de Saúde. Em algumas situações de emergência atende até pacientes de outros Estados.

Atualmente o HU só possui uma ambulância para transportar pacientes, adquirida em 1995. Há mais de 13 anos.

Trata-se de situação insustentável que só traz prejuízos ao atendimento para a população. É urgente a disposição de uma ambulância para o referido Hospital Universitário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1633

Autoria da Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere à Secretaria de Desenvolvimento Urbano a aquisição de caminhão de lixo para o Município de Flórida.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, sugerindo ao mesmo a aquisição de um caminhão coletor de lixo para o Município de Flórida, conforme reivindicação daquela comunidade subscrita pela Prefeita em correspondência.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1634

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada urgentemente a ampliação da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada urgentemente a ampliação da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atende a demanda antiga e mais do que necessária da Santa Casa e a realização desta obra de ampliação será um verdadeiro marco na saúde paranaense, valorizando o trabalho magnífico realizado por esta instituição, reconhecidamente de utilidade pública.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1637

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Campo do Tenente.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Campo do Tenente.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1638

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Adrianópolis.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Adrianópolis.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1639

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Abatiá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Abatiá.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1640

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Andirá.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã para o Município de Andirá.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaca-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1641

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Sr. Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Segurança Pública o aumento do efetivo da Polícia Militar no Município de Antonina.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, REQUER, seja proposto ao Exmo. Governador do Estado Sr. Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Segurança Pública Sr. Luiz Fernando Delazari, o aumento do efetivo da Polícia Militar no Município de Antonina.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se devido ao fato de que atualmente o Município conta 09 (nove) Policiais Militares, dos quais 03 (três) encontram-se em processo de aposentadoria.

Sendo portanto, insuficiente o atual número dos efetivos para garantir a segurança da população.

Diante do exposto, solicito providências no aumento deste efetivo, para que a comunidade possa ser atendida com melhor qualidade na área de Segurança Pública.

Por essa razão consideramos o pleito legítimo e justo, para proporcionar mais segurança à população do referido Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1642

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj

Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município de Araruna.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1643

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Requião e à Secretaria da Cultura, a implantação de Biblioteca Cidadã no Município indicado.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Cultura, Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, a implantação da Biblioteca Cidadã no Município da Barra do Jacaré.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 04/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

A implantação da Biblioteca Cidadã terá a finalidade de oferecer um equipamento cultural que promova a democratização do conhecimento, pelo valioso acervo de livros e pela possibilidade de inclusão digital, por meio dos telecentros, à população do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1644

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a execução de melhorias no trecho compreendido entre Campo Mourão e o complexo Industrial da Frangobrás, passando pela Santa Casa.

Senhor Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

Considerando:

1) Que a rodovia PR-558 que liga Campo Mourão à Araruna é de competência e responsabilidade do Governo Estadual;

2) Que no trecho entre a saída de Campo Mourão até o Complexo Industrial da Frangobrás, passando pela Santa Casa Regional ocorre um grande fluxo de caminhões, veículos, ciclistas e pedestres;

3) Que no referido trecho não existe acostamento, ocasionando um grande perigo aos usuários desta rodovia;

Solicita urgentes providências no sentido de:

- 1) Construir pistas adicionais nos dois sentidos do referido trecho;
- 2) Iluminar o trecho;
- 3) Construir ciclovia no trecho;
- 4) Sinalizar o trecho;
- 5) Construir o trevo de acesso à Santa Casa Regional e ao Complexo Frangobrás.

O atendimento ao nosso pleito, que é de caráter urgentíssimo, em muito beneficiará a comunidade local e regional, diminuindo o risco de acidentes graves, possibilitando um melhor escoamento do tráfego local.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1645

Autoria do Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Sugere a instalação da Brigada de Incêndio no Aeroporto Santana no Município de Ponta Grossa.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Marcelo Rangel dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - instalação da Brigada de Incêndio no Aeroporto Santana no Município de Ponta Grossa.

II - 2 (dois) caminhões para socorro.

III - a apresentação da presente indicação que objetiva atender as empresas do setor privado que devem iniciar vôos diários no aeroporto de Ponta Grossa, e só poderão com a Brigada de Incêndio em pleno exercício das suas funções, proporcionando a segurança necessária para a utilização.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1646

Autoria do Deputado Professor Lemos

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Sr. Roberto Requião e à Secretária de Estado da Cultura do Paraná - SEEC, atenção especial à implantação de uma unidade da Biblioteca Cidadã no Município de Mercedes.

Em atendimento ao parágrafo 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos INDICAR ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e à Secretária de Estado da Cultura especial atenção no sentido de viabilizar a instalação de uma unidade da Biblioteca Cidadã no Município de Mercedes.

O Município de Mercedes, situado na região oeste do Paraná, apesar de seu constante desenvolvimento, ainda não conta com uma biblioteca pública adequada para uso de sua comunidade, sendo que a única biblioteca funciona nas dependências do Colégio Estadual Leonilda Pappen. A implantação de uma unidade da Biblioteca Cidadã torna-se elemento fundamental na consolidação das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Paraná com vistas à melhoria da qualidade de vida do povo paranaense e na construção de uma educação de qualidade em todo o Estado do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1647

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Rio Branco do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Rio Branco do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1648

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Rio Negro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Rio Negro.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS
Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1649

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Roncador.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Roncador.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1650

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Quatro Barras.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Quatro Barras.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1651

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizada uma Biblioteca Cidadã para o Município de Peabirú.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizada a construção e instalação de uma Biblioteca Cidadã no Município de Peabirú.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que poderão ter acesso aos livros ofertados pela Biblioteca Cidadã, sendo de um benefício concreto para a melhoria das condições culturais entre os jovens paranaenses.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1652

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Mandirituba.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Mandirituba.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1653

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Palmeira.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Palmeira.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1654

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Pitanga.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Pitanga.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1655

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Santo Antônio da Platina.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Santo Antonio da Platina.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1656

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de São José dos Pinhais.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de São José dos Pinhais.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1657

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Campo do Tenente.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Campo do Tenente.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1658

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Tijucas do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Tijucas do Sul.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 06/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1659

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Piên.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Piên.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 07/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1660

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Siqueira Campos.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Siqueira Campos.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 07/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1661

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Rio Branco do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Rio Branco do Sul.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 07/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1662

Autoria do Deputado Ney Leprevost

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Ribeirão Claro.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador do Estado para solicitar o seguinte:

1 - que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Ribeirão Claro.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 07/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1663

Autoria da Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Sugere à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e ao DER a ligação asfáltica entre o Distrito de Yolanda, no Município de Ubatã e o Município de Quarto Centenário.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, bem como ao Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, sugerindo aos mesmos a inclusão em programação de pavimentação asfáltica da ligação entre o Distrito de Yolanda, no Município de Ubatã e o Município de Quarto Centenário.

Os Municípios de Ubatã e Quarto Centenário estão localizados em região das mais produtivas do Estado do Paraná e, apesar da proximidade dos dois, não há ligação pavimentada entre as duas Cidades, causando sérios transtornos àquelas comunidades.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em, 07/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1664

Autoria da Deputada Cida Borghetti

SÚMULA:

Solicita ao Secretário de Estado da Segurança Pública a construção de nova Delegacia de Polícia no Município de Marialva.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando do mesmo a construção de nova Delegacia da Polícia Civil no Município de Marialva.

A delegacia atual está desativada desde agosto de 2007, por conta de problemas na estrutura física do prédio.

Provisoriamente a delegacia está em outro imóvel e os presos foram transferidos. As novas prisões efetuadas na Comarca passaram a ser encaminhadas para Comarcas da vizinhança, a maioria para Maringá.

Em razão da superlotação, os juízes das Comarcas vizinhas, desde março de 2009, passaram a vetar o recebimento de presos da Comarca de Marialva. Os presos estão sendo colocados em compartimento improvisado.

A situação é insustentável e acarreta sérios riscos à segurança da população. A Comarca de Marialva, que abrange Itambé, tem 40 mil habitantes e reivindica urgência para a solução do mencionado problema.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 07/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1665

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião e ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem na pessoa do Diretor Geral Sr. Rogério W. Tizzot, a passagem da Patrulha Rodoviária no Município de Morretes/PR.

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após receber a provação do Plenário, requer, seja proposto ao Exmo. Sr. Governador do Estado Sr. Roberto Requião bem como ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem na pessoa do Diretor Geral Sr. Rogério W. Tizzot, atendimento ao Município de Morretes através dos serviços prestados pela Patrulha Rodoviária.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 07/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se pelo estado precário, da extensa área rural do Município e tendo em vista as chuvas ocorridas que ocasionaram o agravamento do tráfego no Município em tela.

Por essa razão, consideramos nosso pleito legítimo e justo, visando o atendimento à comunidade rural do Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1666

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário do Trabalho a implantação de cursos de pedreiros no Estado do Paraná.

Senhor Governador, Senhor Secretário do Trabalho:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, requer seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário do Trabalho a implantação de Cursos de Pedreiros no Estado do Paraná.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 07/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

No Estado do Paraná tem crescido significativamente a construção civil. Há, em razão disso, alguns locais em que tem faltado mão de obra nessa área. Lideranças regionais têm nos procurado, de modo reiterado, para solicitar a implantação de cursos de pedreiro em diversas regiões, de forma a suprir essa carência.

Atualmente, o Governo do Estado do Paraná está à frente de um amplo projeto de construção de casas populares, que reforça ainda mais a necessidade de valorizar a mão de obra qualificada para a construção civil no Estado. Assim, se implantados, esses cursos de pedreiros cumprirão esse papel.

Certos de poder contar com a compreensão do Governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos Municípios do Paraná, dirigi-mo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1667

Autoria do Deputado Osmar Bertoldi

SÚMULA:

Propõe que seja viabilizada a construção de uma creche para o Município de Lunardelli.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião propondo a viabilização de uma creche para o Município de Lunardelli.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 07/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Moradores do Municípios supracitado estão solicitando a adoção de medidas no sentido de construir uma creche, uma vez que a falta deste recurso tem gerado uma série de transtornos. Muitas mulheres tem dificuldade de ingressar no mercado de trabalho ou ainda, possuem o orçamento por demais onerado, em função da ausência de uma creche da municipalidade para deixar seus filhos, com tranquilidade e segurança. Assim sendo, solicita-se a elaboração de estudos no sentido de proceder ao atendimento a presente indicação a qual trata de interesse comunitário de relevante importância para a qualidade de vida da comunidade.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1668

Autoria do Deputado Osmar Bertoldi

SÚMULA:

Propõe que seja viabilizada ônibus escolar para o Município de Lunardelli.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião propondo a viabilização de um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Lunardelli.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 07/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1669

Autoria do Deputado Osmar Bertoldi

SÚMULA:

Propõe que seja viabilizada ônibus escolar para o Município de Santa Mariana.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião propondo a viabilização de um ônibus escolar para atendimento dos estudantes do Município de Santa Mariana.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 07/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

A solicitação atenderá aos estudantes do Município mencionado que precisam de transporte escolar para frequentar as aulas com assiduidade, garantindo assim uma considerável melhora nos índices de comparecimento escolar.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1670

Autoria do Deputado Osmar Bertoldi

SÚMULA:

Propõe que seja viabilizada uma ambulância para o Distrito Panema - Município de Santa Mariana.

O Deputado Osmar Bertoldi, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião propondo a viabilização de uma ambulância para o Distrito Panema - Município de Santa Mariana.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 07/05/09.

(a) NELSON JUSTUS

Presidente

JUSTIFICATIVA:

Moradores do Município supracitado é carente, contando com apenas 01 (um) posto de saúde, que proporciona atendimento básico, devendo os pacientes ser transportados para as Cidades circunvizinhas para exames específicos e maior atendimento, como internação. Motivo pelo qual se torna imprescindível esse benefício.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1671

Autoria do Deputado Marcelo Rangel

SÚMULA:

Propõe a regulamentação da Lei Complementar nº 094, de 09/09/02, que criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador Do Estado:

O Deputado Marcelo Rangel dirige-se à V.Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - a regulamentação das Lei Complementar nº 094, de 09/09/02, que criou a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná.

II - a solicitação justifica-se tendo em vista que a Lei Complementar nº 094 teve por finalidade criar uma agência para exercer o poder de regulação, normatização, controle, indicação e fiscalização dos serviços públicos delegados no Estado do Paraná e que a falta de regulamentação da lei acarreta enormes prejuízos à comunidade paranaense que fica desprotegida de uma agência criada para defendê-la.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO” em, 07/05/09.

(a) NELSON JUSTUS